

# A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SAÚDE COLETIVA, E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Pierre André Garcia Pires<sup>\*</sup>  
Suzi Mara Teixeira Bromberger<sup>\*\*</sup>

## RESUMO

O presente trabalho procura apresentar a relação entre a Educação Ambiental, saúde coletiva e representação social. Percebe-se que dessa forma o estudo do ambiente é fator determinante para essa relação e que suas ações devem ocorrer de forma integrada. A saúde coletiva nesse contexto deve utilizar a Educação Ambiental como instrumento, onde as representações sociais procurem ocorrer de forma a integrar o coletivo.

**Palavras-Chave:** Educação Ambiental; Saúde Coletiva; Representação Social.

## ABSTRACT

### **The Relation among Environmental Education, Collective Health, and Social Representation**

This paper aims at presenting the relationship among Environmental Education, collective health, and social representation. It can be noticed that the study of the environment is a decisive factor in this relationship and that any action must integrate these matters. In this context, collective health must use Environmental Education as a tool so that social representations may occur in order to integrate people.

**Keywords:** Environmental Education; Collective Health; Social Representation.

A Educação Ambiental tem sido discutida intensamente nos últimos tempos mas, muitas vezes, em quase todos os discursos, está

---

\* Professor da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE/MG. Mestre em Educação Ambiental pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG/RS. Coordenador do Programa de Educação Ambiental do convênio UHE Baguari e UNIVALE. E-mail: pierrepirens@hotmail.com

\*\* Enfermeira Coordenadora Municipal da Estratégia Saúde da Família, da Secretaria Municipal da Saúde do Rio Grande/RS. Mestre em Educação Ambiental pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG/RS. E-mail: suzibromber@bol.com.br

diretamente associada ao tema "meio ambiente" e às degradações que acontecem na natureza, enfocando-a, apenas, de forma conservacionista (Pires e Ribes, 2005). Diversos sujeitos destacam a Educação Ambiental com ações ligadas somente a tais temas, não percebendo muitas vezes a amplitude de seu significado e de suas práticas. Porém, a Educação Ambiental deve ser vista como a própria educação e, com isso, acredita-se que deva ser multidisciplinar, não apenas direcionada para o ensino formal, mas também com olhares para o ensino não formal e com ações informais. Assim, mostra-se capaz de se tornar instrumento de tomada de consciência para ações que levem além da práxis pedagógica (Pires, 2004). Para de Tristão (2004, p. 25), uma educação que se encontra em processo de construção, de forma a integrar o meio e tudo que dele faz parte:

A educação ambiental, na sua complexidade, configura-se como possibilidade de religar a natureza e a cultura, a sociedade e a natureza, o sujeito e o objeto, enfim. Entretanto, baseada na relação do ser humano com o meio ambiente, da sociedade com a natureza, das sociedades entre si, encontra-se em construção e em debate.

Na Conferência Mundial para tratar da Educação Ambiental, realizada em Moscou, no ano de 1987, reafirmou-se os princípios preconizados da Conferência Intergovernamental de Tbilissi (1977), ampliando e destacando a proposta de Educação Ambiental, abrindo expectativas de acontecer um processo amplo em sua proposta e concepções. Sato (2002) salienta, em seus estudos, que em Tbilissi se procurou redefinir a Educação Ambiental, proporcionando uma visão ampla sobre sua discussão, que vai além da proposta fechada e conservacionista. Guimarães (1995, p. 26), também a esse respeito, destaca:

A Educação Ambiental se concebe como um processo permanente em que os indivíduos e a coletividade tomam consciência de seu meio e adquirem os conhecimentos, os valores, as competências, as experiências e, também a vontade capaz de fazê-lo atuar individualmente e coletivamente, para resolver os problemas atuais e futuros do meio ambiente.

Percebe-se que os sujeitos têm buscado constantemente

alternativas para superar as crises sócio-políticas e ambientais causadas pela sua própria ação, muitas vezes de forma consciente; outras, inconsciente. O ser humano tem esquecido o seu lado humanizador e suas ações coletivas em prol de um mercado capitalista que exige a competitividade como objetivo principal nos últimos tempos. A individualidade deve ser esquecida em defesa da (re) construção de uma sociedade que trabalhe de forma coletiva e cujos diferentes setores estejam envolvidos.

Guimarães (1995, p.13), firma seu posicionamento quanto ao paradigma capitalista, segundo o qual vive a sociedade, destacando que:

Criou-se com isso uma sociedade consumista de recursos capitais e bens. O consumismo intenso valoriza a acumulação material, a competição exacerbada, o individualismo egoísta e vende uma ilusão alienante de crença na viabilidade desse modelo, que jamais poderia ser alcançado pelo conjunto da população planetária ou até mesmo pela grande maioria das nações existentes.

Pires (2005) apud Reigota (1998) nos coloca que o problema da Educação Ambiental não está na quantidade de pessoas que habitam o planeta, e que cada vez mais precisam consumir; mas em uma pequena parte da população que precisa consumir tais recursos, ocorrendo desperdício e produção de artigos inúteis e nefastos à qualidade de vida.

Para o autor, "[...] a Educação Ambiental deve ser entendida como uma educação política, num sentido de tomada de decisões e de preparação dos cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza", (Reigota, 1998, p. 10). Sendo assim, a Educação Ambiental vem ao encontro da Educação Libertadora preconizada por Freire em seus escritos, pois, como processo formador de agentes de transformação, exige uma tomada de consciência e um repensar de suas práticas. Loureiro (2004, p. 29) acerca da conscientização e da Educação Ambiental, descreve:

A Educação Ambiental promove a conscientização e esta se dá na relação entre o “eu” e o “outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente. A ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida.

Para dar conta da Educação Ambiental, várias políticas públicas e a criação de órgãos governamentais ou não governamentais estão iniciando, buscando nessa criação, alternativas que possam auxiliar/melhorar as condições de vida da sociedade e de seu meio e, dentro dela, o direcionamento, muitas vezes, para as camadas sociais excluídas.

As ações desempenhadas pelas políticas públicas visam desenvolver um espírito de coletividade numa busca de alternativas que venham superar dificuldades encontradas/criadas pela sociedade. Mas geralmente apresentam a ideologia da classe dominante, pois toda política emana para muitos atos de decisão e de poder de uma classe privilegiada. Através de tal prática, surgirá a necessidade de conhecer o lugar onde vivemos (o meio em seus diferentes aspectos) para pensar e elaborar ações que visem à melhoria do contexto sócio-ambiental do qual fazemos parte, desvelando os elementos e as relações formadoras desse lugar.

Diante do exposto, Reigota (1998, p. 21), define meio ambiente como “(...) um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade”.

O conceito de Rigota nos faz entender meio ambiente como um todo sistêmico constituído em sua base natural por todos os aspectos biológicos e físicos (Capra, 2001), além das suas relações sociais. Para orientação, compreensão e utilização desses recursos contam com as dimensões sócio-culturais e econômicas, as quais definem as orientações e os instrumentos conceituais e técnicos. Então, o meio ambiente não deve ser considerado apenas "como a própria natureza", mas sim como estar fazendo parte daquele; sendo assim, é o próprio lugar de integração entre homem/homem, homem/meio e homem/cosmo (Pires, 2005).

O ser humano, na busca por um falso desenvolvimento e pelo crescimento acelerado da sociedade, provoca exclusão social, miséria, subempregos, inigualável distribuição de renda. As palavras de Ferreira (1998 p.103) atestam que os de renda muito elevada “(...) embora numericamente reduzidos dispõem de grande poder de compra e influência política e social”.

O modelo econômico vigente privilegia o lucro desregrado,

gerando problemas ambientais que comprometem tanto a saúde da população como os próprios recursos naturais, muitas vezes explorados de forma discriminatória, podendo causar desequilíbrios ambientais no ar, nas águas, no solo, no meio sócio-cultural. (Ferreira, 1998).

Assim como a Educação Ambiental deve ser um processo constante de conscientização humana sobre si para propor ações que cooperem com e melhorem o meio, encontramos também, na saúde coletiva, uma sucessão ampla que depende de vários processos de funcionamento os quais interferem diretamente para a produção da saúde e, sendo assim, “fala-se homem, indivíduo e coletivo: **eu**<sup>1</sup> que é **nós** e **nós** que é **eu**. Fala-se do que é comum e diferente a todos os homens” (Laurell, 1983, p.159), percebendo que o individual e o coletivo como características da manifestação da saúde são inseparáveis. Logo, podemos definir saúde coletiva como um processo dependente de vários mecanismos no que se refere aos aspectos políticos, sociais, éticos e culturais para que ocorra a saúde, ou seja, a sua produção. Nas palavras de Vaz (1997, p.153), saúde é entendida como:

Saúde é um universal concreto, é uma estrutura de organizações que consiste no conjunto de relações de produção de componentes, que tem como conteúdo a produção de congruência interna e externa dos corpos. Componentes que vão modificando, transformando as relações entre si, à medida que vão interagindo com o ambiente. Portanto, saúde constitui um sistema enquanto unidade concreta que transforma e faz desenvolver esse conjunto, essa rede de relações de produção de componentes que se expressa nas formas biológicas do indivíduo e nas estruturas das ações coletivas.

Canguilhem (1978, p. 158), no que se refere ao aspecto de ser sadio, destaca que “ser sadio significa não apenas ser normal numa situação determinada, mas ser, também, normativo, nessa situação e em outras situações eventuais”; com isso, podemos ser normais instituindo novas normas relacionadas à nossa atual situação.

A saúde coletiva, enquanto processo, e configurando-se como o próprio sistema, pode ser considerada, dependendo do momento de quem “olha”, como a própria complexidade, pois é apresentada com a interferência de diversos fatores, impedindo-a de ser generalizada. Estes

---

<sup>1</sup> Grifo da autora.

fatores (políticos, sociais, éticos e culturais) fazem parte do processo para o estudo acerca da saúde coletiva, sendo considerados como “complicação”, pois cada ação individualizada irá interferir no processo de saúde coletiva. Dessa forma, assim como a Educação Ambiental, a saúde coletiva deve trabalhar com a interação das ações citadas, percebendo que as condições materiais e ambientais de vida potencializam as possibilidades de saúde e, ela, então, é vista como um impulso interno ainda que se encarna no mundo, nas formas externas do corpo e do ambiente social (Vaz, 1997), compreendendo as relações sociais, culturais, profissionais e de lazer do sujeito.

O estudo do meio é parte fundamental para a saúde coletiva, pois através de suas representações, ou seja, do senso comum com características específicas das atividades cotidianas, muitas vezes apresentadas por ter caráter difuso e autoritário é que a saúde coletiva se perpetua, devendo utilizar a Educação Ambiental como instrumento para suas ações (não podemos esquecer aqui da definição de Educação Ambiental, já exposta anteriormente, a fim de que não haja distorções de definições). Assim, o individual e o coletivo, no que se refere à saúde, são questões inseparáveis conforme Laurell (1983, p.158) e vão ao encontro da Educação Ambiental: “O individual e o coletivo, como aspectos da manifestação da saúde, são expressões não inseparáveis desse mesmo elemento que se identifica com o próprio conceito universal concreto vida”.

Então percebemos que as representações não podem dar-se isoladamente, embora acreditem que o individual é importante para as representações sociais, porém é necessário para a saúde coletiva e a Educação Ambiental (percebida como seu instrumento) que tais representações ocorram de forma coletiva, contextualizada, pois irá influenciar as decisões individualmente e não ao contrário. Entendemos que as diferentes representações se diferem por apresentarem-se, embora muitas vezes no mesmo contexto, em situações históricas, sociais e culturais diferenciadas, tendo assim a importância do estudo da configuração grupal para a saúde coletiva.

A partir daí, temos as representações sociais de determinado grupo, a respeito de que Reigota (1997, p. 69) sustenta: “O caráter social das representações transparece segundo Moscovic, na função específica que elas desempenham na sociedade, qual seja, a de contribuir para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações

sociais”. Sendo assim, percebemos mais uma vez a importância da coletividade para tomadas de decisões eficazes que atinjam um número expressivo de sujeitos.

Precisamos investir em uma mudança de mentalidade, de valores, de atitudes, assumindo uma nova postura frente às questões ambientais. A Educação Ambiental, diante do exposto, assume papel fundamental para a transformação da sociedade e das relações homem/restante da natureza. É ainda muitas vezes vista com questões relacionadas à natureza, sua fauna/flora e às degradações que acontecem em seu meio, sendo esquecidas as relações sociais, o trabalho coletivo e os meios que possibilitam a sua conscientização. Acreditamos existirem várias propostas que, no entanto, ficam subtendidas, sem a devida clareza, muitas vezes para quem as lê.

A busca de uma melhor qualidade de vida está ressaltada, também, na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99), que entende Educação Ambiental como “(...) processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como o uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e a sua sustentabilidade (Art.1º)”.

O caráter formal e não formal da Educação Ambiental é sugerido através da articulação do processo educativo em todos os níveis e modalidades, de forma integrada, contínua e permanente, sem a implantação de uma disciplina específica do currículo de ensino da educação básica.

Logo, acredita-se que a saúde coletiva e a Educação Ambiental ficam caracterizadas por seu aspecto social, político e cultural, capaz de comportar ações coletivas e individuais no tempo e no espaço infinitamente criador através das representações sociais.

Desse modo, através da Educação Ambiental, tornar-se-á possível para cidadãos e cidadãs a busca pela conscientização dos problemas locais e globais da humanidade, a fim de proporcionar ações individuais e coletivas que levem à transformação da realidade que se apresenta. O ser humano, pelo viés da construção do conhecimento e do entendimento de seus direitos e deveres, terá condições de, embora às vezes em longo prazo, reverter o atual quadro dos problemas ambientais planetários, em cuja criação possuímos significativa parcela de responsabilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei n.º 9795 de 27 de abril de 1999: Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental Nacional e dá outras providências.
- CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- CAPRA, F. *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2001.
- CASTIEL, L.D. *O Buraco e o Avestruz - a singularidade do adoecer humano*. Campinas (SP): Papyrus, s/d.
- FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- GUIMARÃES, M. *A Dimensão Ambiental na Educação*. Campinas (SP): Papyrus, 1995.
- LAURELL, A. A Saúde Doença Como Processo. In: NUNES, E.D. *Medicina Social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983.
- LOUREIRO, C. F. B. *Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PIRES, P. A. G; RIBES, E. L. A Educação... Ambiental e o Trabalho Coletivo: uma utopia a ser alcançada. In: *Ambiente e Educação*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2005, vol.10, pp. 29-47.
- PIRES, A. G. P. *Educação Ambiental: seus propósitos, suas práticas na elaboração do projeto político pedagógico – um estudo de caso em Governador Valadares/MG*, 2004.
- RIBEIRO, J.U. *Política: quem manda, por que manda, como manda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- REIGOTA, M. *O que é educação ambiental?* São Paulo: Brasiliense, 1998.
- REIGOTA, M. *Meio Ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1997.
- TRISTÃO, Martha. *A educação ambiental na formação de professores: rede de saberes*. São Paulo: Annablume: Vitória: Facitec, 2004.
- VAZ, M.R.C. Conceito de Saúde – rede de relações entre as fronteiras do indivíduo e do ambiente externo ao corpo singular. In: *Ambiente e Educação – Questões Ambientais e Educação – A multiplicidade de Abordagens*. Rio de Grande (RS): Editora da FURG, 1997, v. 2, p. 151-161.